



# Opinião Econômica

Cecília Machado

Economista, professora da EPGE  
(Escola Brasileira de Economia e  
Finanças) da FGV



## Os objetivos, os custos e a efetividade dos programas fiscais

Algumas políticas geram benefícios duvidosos a um custo fiscal elevado

Uma discussão madura sobre como devem ser priorizadas os recursos do Orçamento precisa levar em conta uma avaliação criteriosa dos objetivos, dos custos e dos benefícios envolvidos em cada gasto ou renúncia tributária.

Algumas políticas são implementadas com objetivos bem definidos e possuem análises de custo-benefício que mostram que elas geram ganhos bastante claros para a população. Gastos com saúde, educação e assistências são exemplos disso, por mais que haja espaço para aperfeiçoamentos e melhorias de desenho e implementação.

Outras políticas, geralmente voltadas a grupos ou setores específicos, geram benefícios duvidosos a um custo fiscal elevado, como acontece nos inúmeros casos de desonerações ou isenções

fiscais seletivas. Esse é o caso do Perse. E sua recente renovação mostra que ainda fazemos uma discussão superficial sobre a alocação e priorização do orçamento público, com pouca ênfase no que se obtém em relação ao quanto se paga.

O Perse foi criado para ajudar empresas do setor de eventos a mitigar as perdas decorrentes da Covid-19. Já em sua origem, em 2021, faltavam justificativas convincentes para direcionar um benefício ao segmento, tendo em vista que o setor de eventos não foi o único (nem o mais) adversamente impactado pela pandemia. Mas a sua continuidade em pleno 2024, quando a economia e o próprio setor de eventos dão sinais de forte recuperação, causa ainda mais estranheza.

A pouca clareza de objetivos

é acompanhada por um enorme desconhecimento dos custos associados ao programa ao longo de sua duração. As estimativas para 2023 vão desde R\$ 6,5 bilhões, de acordo com estudo encomendado pelo setor de eventos, até R\$ 13 bilhões, de acordo com avaliação da Receita Federal.

Por mais que a proposta esteja agora limitada ao valor de R\$ 15 bilhões até o final de 2026 -um ponto de consenso entre Executivo e Legislativo que permitiu sua renovação-, os benefícios do Perse seguem largamente desconhecidos.

Não há, até o momento, nenhuma estimativa dos ganhos que o programa gerou nem explicação sobre por que o valor de R\$ 15 bilhões é um limite apropriado. E se um programa não gera benefícios claros e desejáveis para sociedade -com ganhos apropriados apenas

para o grupo de interesse que é favorecido-, não se deveria alocar nenhum recurso a ele.

As avaliações dos benefícios e da efetividade das políticas públicas continuam passando ao largo das decisões de alocação do orçamento público. E o Perse não é um caso isolado. Um outro exemplo está na discussão sobre a desoneração da folha de pagamentos, levada recentemente à avaliação do Judiciário após discordâncias entre Executivo e Legislativo sobre a renovação desse programa.

Na decisão proferida pelo ministro Zanin, que suspendeu a desoneração da folha e submeteu sua decisão para avaliação do plenário do STF, o entendimento foi o de que a lei não atendeu à condição estabelecida na Constituição Federal de que para a criação de

despesa obrigatória é necessária a avaliação do seu impacto orçamentário e financeiro.

Certo, mas a desoneração da folha de pagamentos, instituída em 2011, também é uma política que vem sendo renovada de forma contínua com argumentos pouco convincentes, relacionados tanto à sua eficácia e quanto ao seu objetivo.

Garantir o equilíbrio fiscal é condição necessária, porém não suficiente, para que as políticas públicas possam promover o crescimento e a redução das desigualdades.

A renovação de políticas públicas que começam a adquirir caráter mais permanente precisa não apenas garantir o equilíbrio fiscal, mas também promover o melhor uso de recursos públicos escassos.

**O Banrisul é um banco único.  
Porque te entende.**

**banrisul**  
banrisul.com.br

## Cooperativa do Centro do Estado projeta nova indústria de arroz

/INDÚSTRIA

Eduardo Torres

eduardo.torres@jcrs.com.br

Na esteira da recuperação das lavouras de grãos, depois de dois anos de estiagens na Região Central do Estado, a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma (Camnpal) acelera os investimentos para, até o final do ano, ter em operação a sua nova indústria para beneficiamento de arroz, no município de Dona Francisca, que fará saltar a produção do arroz Bella Dica, marca própria da Camnpal, de 70 mil para até 300 mil fardos de 30 quilos por mês. As informações constam no Anuário de Investimentos 2024 do Jornal do Comércio.

A finalização do projeto da fábrica, iniciado em 2022, consumirá a maior parte dos R\$ 30 milhões

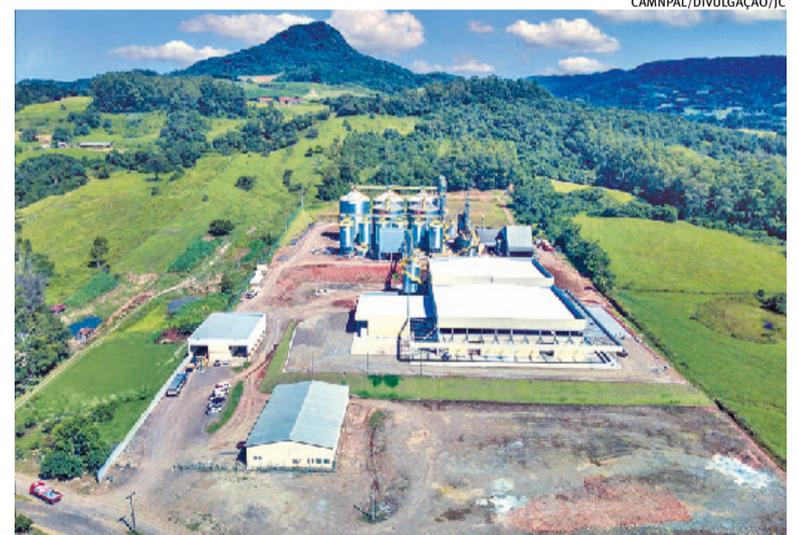
previstos em investimentos pela cooperativa neste ano. Em 2023, a Camnpal aportou R\$ 61 milhões, também com o maior percentual dedicado à agroindústria. Além do arroz, a cooperativa também industrializa a marca própria de feijão.

“Todo o investimento é feito com recursos próprios da cooperativa, e ao longo dos anos, sempre foi nossa característica investirmos 50% do resultado do ano anterior, com 30% divididos entre os associados. Mas em 2023, apostamos no potencial deste projeto e avaliamos que havia necessidade de acelerar a construção da nova indústria, com ampliação dos aportes. Com os bons resultados desta safra 2023/24, temos boas perspectivas para o futuro, com aumento da demanda, por exemplo, pelo arroz”, aponta o presidente da cooperativa, Claudimir Piccin.

Contando com 7,5 mil associados, e operando 17 unidades entre nove municípios da região - mas com plantio em 50 cidades da área Central do Estado -, o arroz responde atualmente por 14,5% dos grãos recebidos pela cooperativa, e o feijão, por 4%. O maior percentual, 67%, é de soja. E a tendência, nesta safra, é este volume ser ampliado.

Em 2023, a cooperativa fechou o ano com faturamento de R\$ 1,3 bilhão. No ano anterior, foram R\$ 1,5 bilhão. O momento, explica o presidente, é de ampliar os investimentos também em armazenagem, para dar conta do retorno da boa safra.

Durante este ano, a meta é entregar seis novos silos. O primeiro deles, em São Sepé, está em fase de finalização. Também já foi inaugurada uma nova moega em São João do Polêsine. A projeção, a partir



CAMNPAL/DIVULGAÇÃO/JC

Planta para beneficiamento do grão fica na cidade de Dona Francisca

deste primeiro semestre, é aumentar em 560 mil sacas a capacidade de armazenagem entre as estruturas da Camnpal, chegando a 1,2 milhão de sacas.

Por outro lado, a cooperativa também inaugurou neste ano um novo agrocenter, em Novo Cabrais, para distribuição de fertilizantes, defensivos, peças e utensílios aos produtores.

### Ficha Técnica

▶ **Investimento:** R\$ 30 milhões

▶ **Estágio:** Em execução

▶ **Empresa:**

Cooperativa Camnpal

▶ **Cidades:** Dona Francisca, São Sepé, São João do Polêsine

▶ **Área:** Indústria

**Investimentos em 2023:**

R\$ 61 milhões